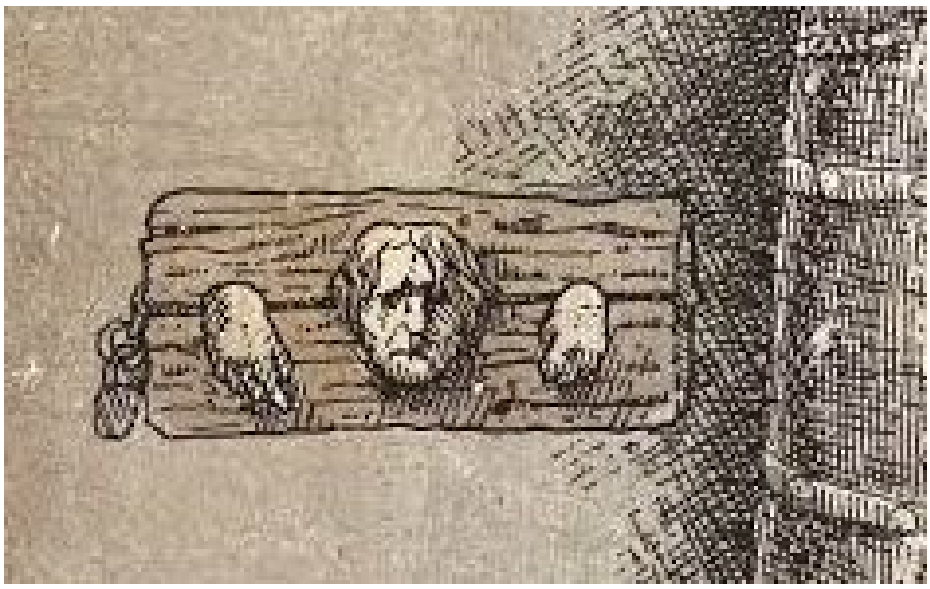
Com licença literária e sociológica de António José da Silva Coutinho, o dramaturgo ‘judeu’ de São João do Rio Meriti, na baixada fluminense, no Rio de Janeiro, que deu no que deu, nem o rio há mais, licença concedida ao ser torturado e executado pela inquisição no Estaus em Lisboa, torturado por dizer a verdade.

Foi no carnaval de 1737, dois anos antes deste assassinato do autor, quando, no Teatro do Bairro Alto, se encenou a Comédia de enganos, sua Ópera de bonifrates, ou, como ele a intitulava, sua ópera joco-séria… Pra que?



Na comédia, onde muitos ainda querem ver “exageros barrocos” está a crítica mordaz a Justiça, a Medicina, às rivalidades entre grupos “carnavalescos”, onde os títeres, os engonços, e não os tome em só numa, posto que há outras acepções que também se adequam ao termo, e que são tão atuais como foram as que se empregaram contemporaneamente à peça satírica da sociedade portuguesa. Retrato farfalhudo de uma realidade que o tempo burilou, mas não modificou amplamente, porque a alma das gentes é, não direi sempre, mas muito, a mesma.

O Prodígio Português.

Este fabuloso pequeno país, que foi dono de meio mundo, e chegou mesmo a dividir o planeta ibericamente, forjou realidades e mentalidades que ainda sendo as mesmas, são outras, ou sendo outras, ainda são as mesmas, dependendo da perspectiva que escolha, se de cá para lá, ou se de lá para cá. E estão enraizadas na matriz histórica, posto que cada um

herda a mentalidade em que vive, que é a que encontra quando e onde nasce, no inesperado da vida que vem a encontrar aí, e “ninguém sabe pro que nasce”, diz com sabedoria e profundidade o Frederico Valério, não se esquecendo as diversas posições dos “alcatruzes da nora” quando diz, e não nos devemos esquecer nunca desta sua afirmação: “Não há roda que mais rode que a roda da má sina.” E é neste engonço desengonçado que corre a água das maravilhas, essa que Portugal bebeu e fez beber ao mundo inteiro, nas proezas de sua gente, nos milagres que concertou.

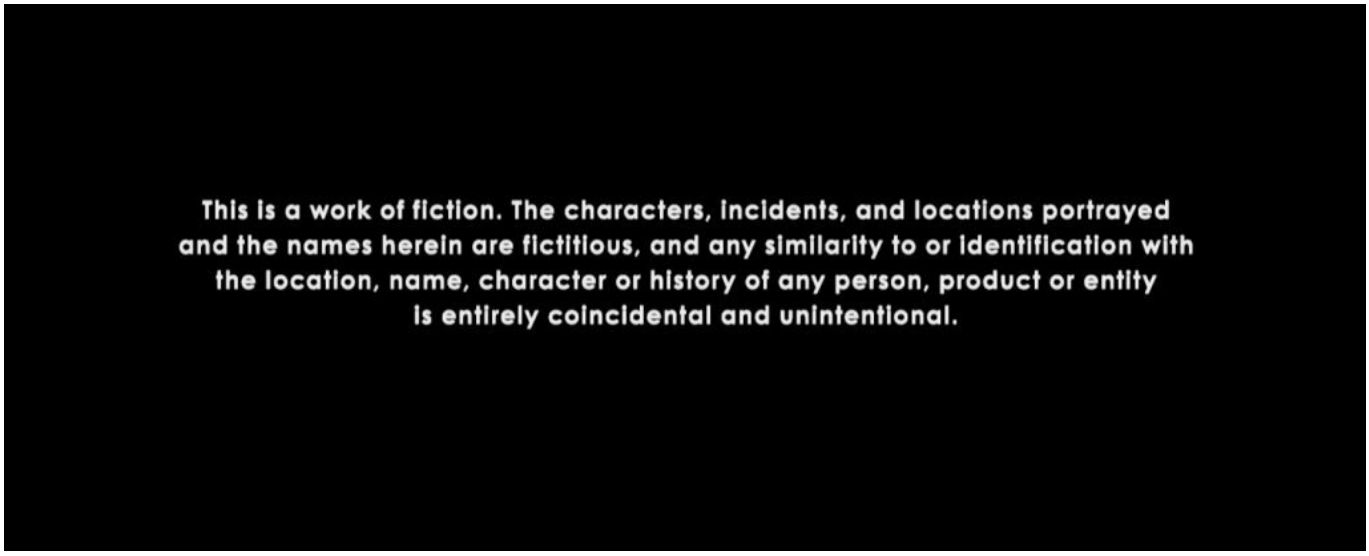
E a razão de tudo isto, nas guerras que se travaram, as intestinas foram parricidas, matricida e patricida à vez, e fratricidas também, mas só na lógica, uma vez que não culminam no ato, pra que? Nesta pergunta toda a alma portuguesa, não usaram o fio da lâmina cruel, eliminando o contendedor, nem por (não) ódio aos desvalidos ou por graças que se opuseram, desde Galiza, no condado denominador da nação, até uma revolução praticamente sem tiros no “dia inteiro e puro”, como diz D. Sophia, passando pela intervenção da Santa, mãe do 7º rei, e assim foi nos demais reinados, serenos ou conflituosos, só a república se fará sangrenta, mesmo antes de vir a existir, em seu prenúncio e ânsia malévola. Os reis nunca tiveram esse instinto. E esse instinto é todo o das gentes que o guardaram, o da concórdia, o dos ditos brandos costumes, onde há muito maldizer, e pouco malquerer, onde há forte contestação, e acordos dilatados, onde os “aristocratas avarentos” cansando-se de explorar o terceiro Estado, o pobre povo, e este, como na caricatura de Bordalo Pinheiro, a carregar sempre a nação às costas, com seu trabalho, pagando tudo que se vê e que não se vê por estas terras à beira mar plantadas.

Na guerras exteriores também sempre se buscou a solução pacífica, ou antes a neutralidade, por índole do povo, excessão feita a Castela, evidentemente, posto que aí seria o fim da nacionalidade, e sempre procuraram outras medidas, mesmo quando invadidos, escolheram outros caminhos, desvios, em que, mesmo assim, derrotaram gigantes como Napoleão e sua ‘Grand Armée’, prodígios portugueses, como o de ter o mundo sem o poder ter. Pequenino e falto de gentes, e sem duvidar, desse modo, lançou-se na aventura da vida, esta que não cessa e segue em movimento, como *a roda da nora*, enquanto houver água no rio a correr.

“…do alecrim e manjerona.”

Nesta realidade pequena, não em pequenez, ou estreiteza, de pensamento menos que tudo, uma vez que esse sempre foi vasto, mas territorial e populacional, que assim é, porque assim

se fez, pouca terra e pouca gente, mesmo muito pouca, para desmesurada ambição, e desse modo forjou-se uma nação estruturada em razões que se admitem centrais, a dos senhores das coisas em contraponto com a dos adeptos do lavor, cada um em seu papel, na comédia de erros e enganos, que vemos todos os dias, como é, e que a vi, representada em palco, pela última vez no Teatro da Comuna em 1994, com seus 9 personagens: D. Fuas e D. Gilvaz, D. Nise e D. Clóriz, D. Lançarote, e D. Tibúcio, mais os criados Semicúpio, Sevadilha e Fagundes. O número bate certo, mas antes devo aqui dizer/escrever, precavendo-me de qualquer má interpretação ou eventual futura interpelação, defendendo a mim, como a António José da Silva, como se dizia/escrevia nas películas da década de trinta em Hollywood: "Toda e qualquer semelhança com pessoas, factos, ou situações da vida real é mera coincidência."



"Que comecem as guerras!"

Pois bem, o número é o mesmo, nove, as personagens similares, 6 titulares e 3 criados, ou pretensamente serão criados, não sei, sendo duas mulheres, uma fina, outra tola; e Portugal vem com uma grande concentração na neutralidade, no centro de equilíbrio, onde estava o rei, e a corte a ele agarrada, com as franjas a puxar para os extremos, uma que demorou muito para puxar convencidamente para a esquerda, e outra séculos a puxar totalmente para a direita, e as críticas também são as mesmas, Justiça, Saúde, e os grupos também, carnavalescos que são, que seguem pelas ruas em arruadas, com suas graçolas e ataques, esses sempre mais importantes que a (in)dispensável discussão da realidade, e vão sendo feitas de parte a parte apenas críticas, na imoderação arraigada, que nunca vem em boa

hora, pletora do alecrim e manjerona, tanto hoje como outrora.

